

Preços Licenças (EUAs) e Certificados (CERs) - Nov 2010 a Abr 2012



valores em €	30-Abr	MoM	%
EUA Spot	7,46	0,53	7,65%
Fut 2012	7,57	0,42	5,87%
Fut 2013	8,05	0,42	5,50%
Fut 2014	8,61	0,56	6,96%
CERs Spot	3,92	0,03	0,77%

	30-Abr	%
UK Gas (GBP p/th)	57,90	-4,69%
Carvão (API2 USD/t)	86,00	-19,63%
Brent (USD/barrel)	119,66	-2,87%
Crude (USD/barrel)	105,66	2,25%
German Baseload	50,05	-3,38%

Mercados de CO₂

Segundo os dados preliminares da CE, lançados no início do mês de Abril, no decorrer do ano de 2011, o volume de emissões de carbono provenientes das instalações abrangidas pelo CELE teria registado uma queda de 2,4% versus o consenso de mercado que estimava um aumento ainda que pouco significativo de cerca de 0.6% em termos homólogos. O cenário tornou-se mais negativo com a publicação dos dados oficiais que registam uma queda de 4% face ao ano de 2010. Assim, cerca de 10.000 instalações reportaram 1,85 mil milhões de toneladas de CO₂ no ano passado, de acordo com os dados publicados no *website* da Comissão Europeia. O anúncio dos dados preliminares, fez com que os preços das licenças de emissão de CO₂ atingissem novos mínimos históricos. (cont. pág. 2)

Parceria UE-China no sector da Água e articulação com as Alterações Climáticas

À margem do 6º Fórum Mundial da Água que teve lugar em Marselha a 14 de Março, e que foi referido na última edição da EcoNews, foi assinada uma nova Parceria entre a UE e a China para o sector da Água - *China EU Water Partnership (CEWP)*. Pelo facto de Portugal ter um papel de destaque nessa parceria e da Ecoprogresso ter, desde 2008, uma presença activa no mercado chinês, onde esta parceria será implementada (podendo abrir novas oportunidades de negócio para o sector privado em áreas de interface entre os sectores da Água e das Alterações Climáticas) merece aqui um especial destaque nesta edição. (pág. 2 e 3)

A aviação no CELE

Após a decisão do Tribunal Europeu em Dezembro, que confirmou que a legislação CELE não entra em conflito com os tratados internacionais de aviação, as reacções não se fizeram esperar.

O grupo de empresas aéreas americanas que apresentou a referida queixa direccionou agora os esforços no diálogo com a administração Obama, para que esta bloqueie o programa europeu por via legislativa. A Câmara dos deputados aprovou uma lei que pode vir a proibir as companhias aéreas dos EUA de cumprir com a lei. Semelhante legislação está em apreciação no Senado, com um conjunto de audiências marcadas para este mês. (cont. pág.3)

Mercados de CO₂ (cont.)

A queda do volume de emissões ficou a dever-se em particular à redução de 3,1% nas emissões de CO₂ do sector eléctrico, atingindo 1,26 mil milhões de toneladas, decorrente da entrada em funcionamento das centrais nucleares no Reino Unido e da redução nos níveis de procura de energia, em particular na Alemanha devido a um Inverno mais ameno. Em termos estatísticos, dos 26 países contribuidores, 19 relataram uma queda nas emissões. Espanha contrariou essa tendência, registando um aumento de 8,7% das emissões após a reintrodução de subsídios para produção doméstica de electricidade com recurso a carvão a partir de fontes hidroeléctricas.

Nesta conjuntura, os analistas do Deutsche Bank reviram em alta a estimativa de excesso de oferta de licenças de carbono até 2020 em 19%, tendo como pressuposto a possibilidade da UE vir a introduzir leis de aumento da eficiência energética que possam vir a reduzir as emissões de dióxido de carbono. Com efeito, o projecto de directiva comunitária da eficiência energética visa melhorar a eficiência energética no bloco dos 27 países em 20% até 2020 e a Dinamarca, actual titular da presidência da UE, já referiu que pretende formalizar o acordo sobre este objectivo até final de Junho. Pretende-se que a implementação da directiva tenha um contributo para a redução de emissões na terceira fase do regime comunitário de comércio europeu de licenças de emissões (2013 a 2020) de aproximadamente 201 milhões de toneladas, de acordo com estimativas dos analistas do Deutsche Bank. A conclusão dos especialistas refere ainda que, nesse cenário, a necessidade de aquisição de créditos de carbono por parte dos participantes no CELE será menor, contribuindo assim para um aumento do superavit na ordem dos 1,264 mil milhões de EUAs em 2020, o que traduz um aumento de 19% face à estimativa anterior de 1,063 mil milhões.

Os preços de licenças de emissão de carbono atingiram um mínimo histórico de €6,04 no início do mês, aumentando as preocupações políticas sobre o impacto da cotação actual nas pretensões da UE de redução da pegada de carbono e na forma como o Comércio Europeu de Licenças de Emissão pode continuar a fornecer incentivos ao investimento, necessário para reduzir emissões de carbono. Actualmente Governos e indústrias divergem sobre se um preço mais elevado de licenças de emissão de carbono poderá ou não afectar negativamente as economias nacionais. No entanto, o Parlamento da UE decidiu para já a suspensão temporária das licenças de carbono até ao final do ano para sustentar os preços e a Comissão Europeia referiu estar a considerar adiar a venda de licenças nos primeiros anos da fase de negociação 2013-2020.

A Comissão Europeia, através da Comissária Connie Hedegaard, parece estar empenhada em apresentar uma programada revisão profunda do mercado no decorrer dos próximos dois meses, após a qual a Comissão pode apresentar a sua proposta. Essa revisão passa pela alteração do projecto de lei de eficiência energética para permitir a retirada temporária de centenas de milhões de licenças de CO₂ a partir da fase de negociação de 2013-2020. Mas o consenso sobre essa retirada tem sido difícil de conseguir e no imediato a Comissão optou apenas por atrasar o volume de vendas.

Dados da Point Carbon mostram que os volumes mensais em Abril caíram 18%, o valor mais baixo em 12 meses, sendo que ainda assim no primeiro trimestre o volume de negócios aumentou 25% em termos homólogos. Um total de 580.3 milhões de licenças foram transaccionadas em sete das principais bolsas da Europa, um número inferior ao registado em Março (704,5 milhões) mas ainda assim superior às 407,5 negociadas em Março de 2011.

Maria João Ramos

Comunicação

mramos@ecoprogresso.pt

Parceria UE-China no sector da Água e articulação com as Alterações Climáticas (cont.)

O acordo foi assinado ao mais alto nível pelo *China Ministry of Water Resources* (Secretariado da Parceria do lado Chinês) e a Dinamarca (Secretariado da Parceria do lado Europeu), país que actualmente preside à UE. Neste projecto, do lado da União Europeia (UE) e ao lado da Dinamarca, está Portugal como co-líder. Este acordo integra-se na Iniciativa Europeia para a Água e surge na sequência de projectos anteriores de cooperação entre a UE e a China na gestão de recursos hídricos, nomeadamente na gestão integrada de Bacias Hidrográficas de alguns dos principais rios chineses (*EU-China River Basin Management Programme* (RMBP)) onde houve um envolvimento de especialistas/ técnicos portugueses reconhecendo *know-how* e capacidade técnica do país nesta matéria.

Parceria UE-China no sector da Água e articulação com as Alterações Climáticas (cont.)

Esta parceria pretende criar uma plataforma aberta que possa envolver diferentes *stakeholders* do lado chinês e europeu incluindo entre outros: agências de ambiente, autoridades responsáveis pela gestão de bacias hidrográficas; institutos de investigação; autoridades municipais; ONGs e sector privado. A parceria posiciona-se como polo de dinamização das seguintes actividades: diálogo político; transferência de *know-how* e tecnologia no sector da água; investigação conjunta e implementação conjunta de projectos de carácter comercial que serão co-financiados do lado europeu e chinês.

A parceria reconhece que a quantidade e qualidade da água são elementos essenciais para a promoção do desenvolvimento sustentável e para a promoção da Economia Verde e de Baixo Carbono mas, por outro lado, a Água enquanto recurso está intrinsecamente relacionada com eventos climáticos extremos como cheias ou secas e com outros fenómenos como: o crescimento global da população; a urbanização; a poluição e sobre exploração dos recursos hídricos; a desertificação e a erosão dos solos. Os desafios de gestão e combate à escassez de água e as alterações climáticas vão ter que ser cada vez mais abordados de uma forma integrada, quer numa óptica de mitigação, quer numa óptica de adaptação às alterações climáticas.



Renato Roldão
Chief Representative Officer
rroldao@ecoprogresso.pt

A aviação no CELE (cont.)

Tal como a China já fizera, a Índia pediu às suas companhias aéreas para boicotar o regime de carbono da UE, sendo que a Rússia está a ponderar tomar a mesma atitude.

Mais recentemente noticiou-se que a China suspendera as encomendas de aeronaves à europeia Airbus, no valor de \$ 14 mil milhões, o que pode colocar cerca de 2 000 postos de trabalho em risco.

Em paralelo, e de forma organizada, decorreu em Fevereiro o segundo encontro internacional da chamada “coalition of the unwilling”, nome dado ao conjunto de países que mantêm conversações sobre potenciais medidas de retaliação contra a inclusão das companhias aéreas não europeias no CELE. Deste encontro resultou uma lista de oito medidas possíveis, as quais os países signatários poderiam tomar como forma de retaliação. As medidas mais polémicas apresentadas são a apresentação de um pedido nos termos do artigo 84º da Convenção de Chicago, o qual prevê a resolução do litígio de acordo com as regras da ICAO para a liquidação de diferenças, e a proibição das suas transportadoras em participar no CELE. Esta coligação de países inclui EUA, China, Índia, Rússia e outros 30 países.

Apesar da posição forte, o acordo internacional não é vinculativo, apresentando-se como mais uma forma de pressão. Fontes da indústria alegam que a coligação não é tão unida como parece ser e que a maioria dos países defendem que a pressão à Comissão Europeia deve ser realizada. No entanto, a solução deve ser alcançada via International Civil Aviation Organization (ICAO).

Por seu lado e de acordo com o director-geral para o clima, Jos Delbeke, a Comissão Europeia aceita apenas suspender a inclusão da aviação no CELE, caso exista um esquema de redução de emissões global aprovado pela ICAO. A Comissão Europeia continua assim, sem dar qualquer indicação de que está disposta a mudar a sua posição enquanto não for alcançado um acordo global.

A China, a Índia, a Rússia e os EUA continuam a opor-se à aplicação da Directiva Comunitária, no entanto, a China poderá ser de todos a única com um caminho alternativo já em definição, caso decidisse incluir a aviação no seu mecanismo interno de Comércio de Emissões, por via, por exemplo, dos seus 7 projectos piloto, previstos para arrancarem em 2013.

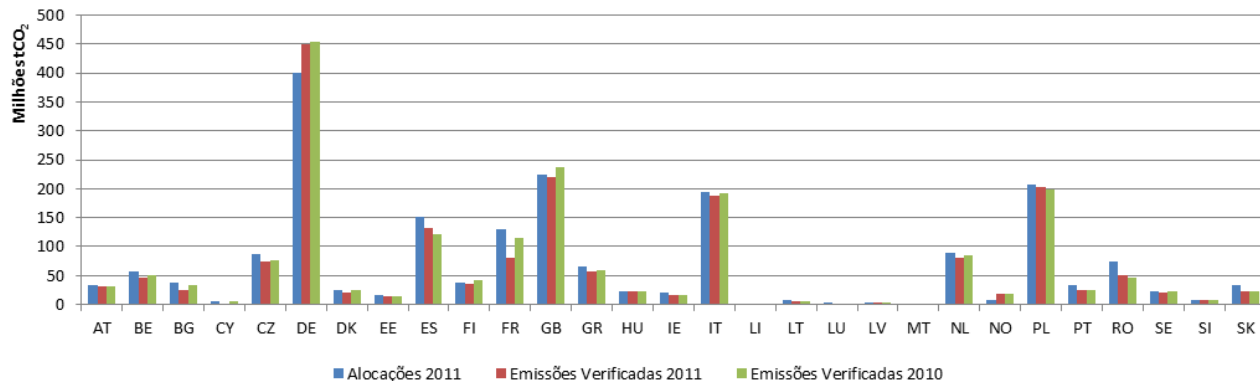
Ivo Augusto
Consultor
iaugusto@ecoprogresso.pt

Resultados das Verificações de 2011

A Comissão Europeia (CE) publicou no passado dia 11 de Abril, os resultados das verificações de 2011 (1). No ano de 2011 verificou-se um total de emissões de cerca de 1 854 MtCO₂, uma descida de 4% face ao ano de 2010. Apesar de alguns indícios de retoma económica, essencialmente nas maiores potências Europeias, 2011 ainda foi um ano crítico para a indústria. Face às alocações, houve um excesso de licenças (7,4%) fazendo com que este ano o valor excedentário total se contabilize em cerca de 148 MtCO₂.

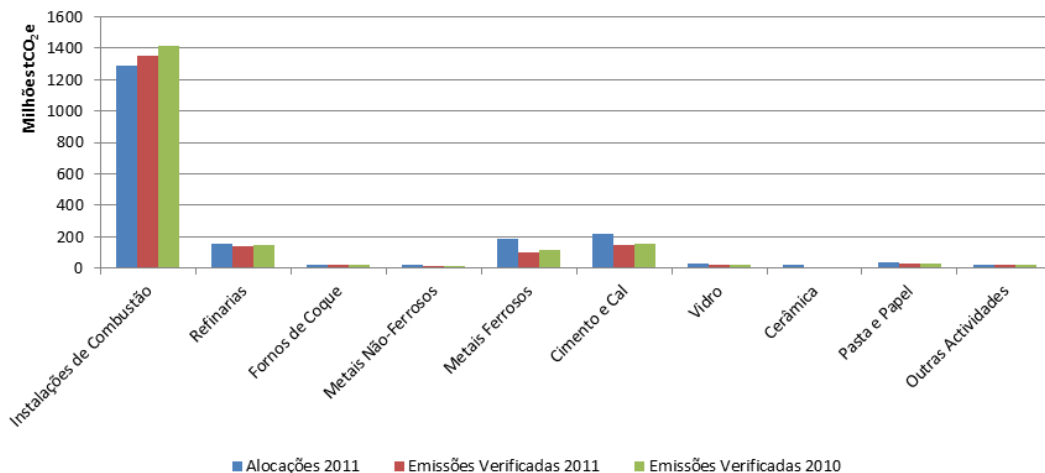
A Alemanha, o Estado Membro mais emissor, apresentou um decréscimo nas suas emissões face a 2010 de 1%, quando, segundo dados do Eurostat, o seu crescimento económico foi de 3,0%. Esta tendência verificou-se também para o segundo maior emissor, Reino Unido, que viu a sua economia crescer cerca de 0,3%, e as suas emissões decrescerem 7%.

Emissões e Alocações por Estado Membro



No gráfico abaixo está representada a distribuição das emissões pelos diferentes tipos de actividades cobertos pelo CELE (Comércio Europeu de Licenças de Emissão). Como seria de esperar, a actividade com maior representação são as instalações de combustão (com potência térmica nominal superior a 20 MW), que representam cerca de 73,1% do total de emissões.

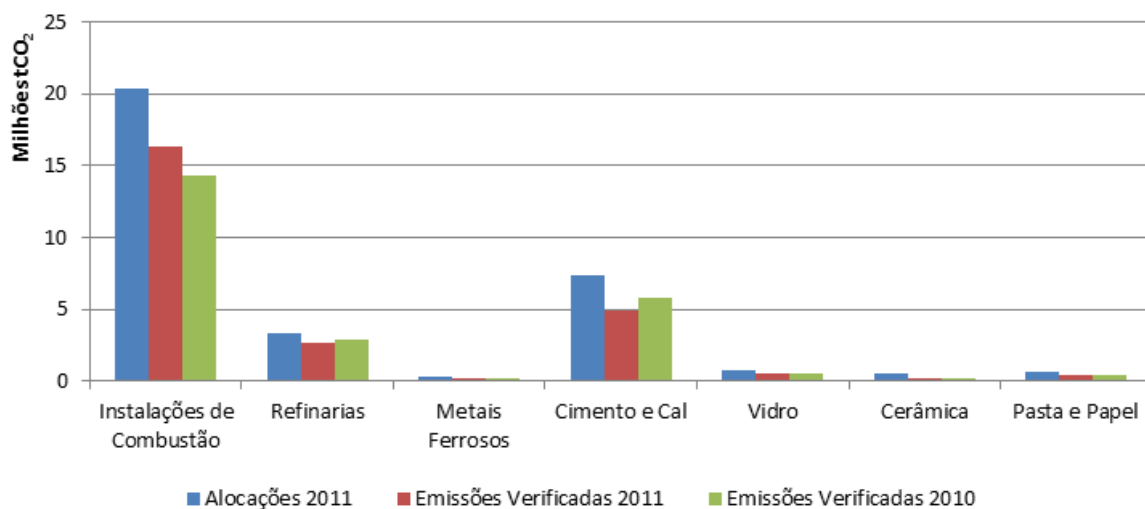
Representação Sectorial das Emissões e Alocações Europeias



Resultados das Verificações de 2011

Em 2011 todas as actividades apresentaram uma redução nas suas emissões face a 2010, sendo que o sector que representou a maior descida foi o da produção de Metais (a componente de metais ferrosos desceu 17%, e a de metais Não-Ferrosos 3%), e o sector da Pasta e do Papel (que desceu 7%). O sector mais representado, o das instalações de combustão, também conseguiu um decréscimo (de 4%) nas suas emissões.

Representação Sectorial das Emissões e Alocações Portuguesa



O gráfico acima permite observar que, em Portugal, as instalações de combustão continuam a ser o sector mais emissor, seguido das instalações de cimento e cal (um pouco como no resto da Europa). Este ano Portugal ficou do lado dos países que aumentaram as suas emissões (3,4%), representando mais 0,83 MtCO₂, essencialmente devido ao sector da electricidade. Em Portugal apenas o sector da combustão e o sector dos metais ferrosos apresentaram um aumento das emissões. Em todos os outros sectores verificou-se uma redução de emissões, destacando-se o sector do cimento e cal com uma redução de 16%.

A França e a Bulgária foram em 2011 os países que apresentaram uma maior redução nas suas emissões, de 30,3%, e 28,0% respectivamente, sendo que os seus indicadores de riqueza gerada cresceram 1,7%. Estes países, juntamente com os grandes emissores já referenciados contribuíram para o resultado final na evolução das emissões da União Europeia.

Analisando os dados de 1999 a 2008, um relatório da agência de estatísticas Eurostat (2) da União Europeia, apontado pela Point Carbon, indicava que a UE estaria "a conseguir quebrar o vínculo entre o crescimento económico e as emissões de GEE" sendo que o "PIB da UE aumentou mais de 20 por cento no período 1999-2008, enquanto que as emissões de GEE diminuíram 2,4 por cento".

Apesar de pouco menos de metade das emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE) da União Europeia estarem abrangidas por este esquema obrigatório de comércio de emissões, os resultados de 2011 revelaram ir de encontro ao estudo do Eurostat, ao contrário do que aconteceu em 2010. Não se pode assim afirmar que exista já uma tendência de longo prazo para a melhoria da intensidade de carbono, mas os valores de 2011 dão-nos esperança que esta se venha a verificar no futuro.

(1) Até ao dia 11 de Abril nem todos os países tinham apresentado as respectivas emissões (totais ou parciais), e por essa razão ficaram de fora desta análise. (Países em questão: Lichtenstein e Malta).

http://ec.europa.eu/clima/documentation/ets/registries_en.htm

(2) Fonte:

<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/refreshTableAction.do?ta=b=table&plugin=1&pcode=tsieb020&language=en>

Virgílio Figueiredo

Consultor

vfigueiredo@ecoprogresso.pt

Connect the dots!

Como consultores em Alterações Climáticas, a Ecoprogresso quer ajudar a construir resiliência e o caminho para o baixo carbono nas organizações. Preparámos um questionário online (de baixo carbono) para compreendermos melhor como as empresas portuguesas estão a lidar com as alterações climáticas. A sua organização considera a adaptação no seu modelo de negócio? O que está a fazer exactamente? A sua organização já sofreu impactes climáticos? Por favor siga o link (são só 7 questões muito simples)

<http://www.zoomerang.com/Survey/WEB22FAYNC7Q26>

Ajude-nos a fazer a ligação.



Código de ética carbonfree:

O carbonfree selecciona projectos que garantem uma **efectiva redução de carbono da atmosfera**. Os nossos requisitos para a selecção de créditos estão em linha com o definido pelo International Carbon Reduction and Offset Alliance (ICROA):

Adicionais - o projecto não existiria caso não houvesse o retorno dos créditos de carbono. Por outro lado essa redução não estava já planeada nas políticas existentes;

Mensuráveis – a quantidade reduzida de emissões é determinada de acordo com métodos adoptados internacionalmente;

Permanentes – as reduções de emissões (ou sequestro no caso de projectos florestais) é irreversível. Para projectos de florestação tem de ser demonstrado que a floresta sobrevive pelo menos 30 anos.

Verificáveis – todos os projectos apoiados pelo carbonfree são monitorizados e verificados por uma entidade independente que certifica de acordo com os requisitos locais e específicos do sector em causa;

Contribuição para o desenvolvimento local – são seleccionados créditos de projectos que, preferencialmente, promovem o desenvolvimento sustentável nas comunidades locais. Isto pode ser feito, por exemplo, através da melhoria da biodiversidade local, criação de empregos, assegurar acesso a energia, melhorar as condições de vida e de saúde.

Carbonfree em Abril:

- A deslocação da equipa de ginastas do Acro Clube da Maia aos campeonatos do Mundo de ginástica rítmica nos Estados Unidos da América;



Carbonfree em Maio:

- O CIJE'12 - 1º Congresso Ibérico de Jovens Engenheiros, que acontecerá em Braga nos dias 19 e 20 de Maio;
<http://www.facebook.com/cije2012>
- A brochura de sustentabilidade do BES;
- Os Relatórios de sustentabilidade do BANIF;
- O Relatório de sustentabilidade do Santander-Totta;

NOTA: Os textos desta newsletter não foram escritos de acordo com o novo acordo ortográfico.

A Ecoprogresso é uma empresa:



Para mais informações contacte:

Maria João Ramos | Departamento de Comunicação
mramos@ecoprogresso.pt
T +351 217 981 210



Para Trading de Licenças contacte:

Front Office
frontoffice@ecotrade.pt
T +351 217 981 212